

NECESSIDADES FORMATIVAS E ATUAÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA EM CLASSES REGULARES

Kleitton Costa Cerqueira¹

Orientadora: Poliana Mariana Mascarenhas de Santana Magalhães²

RESUMO

São frequentes e inúmeros os desafios da formação docente para atuação voltada a alunos com deficiência. Sendo assim, esta pesquisa buscou analisar as necessidades formativas de professores para trabalhar com esses alunos, investigando as dificuldades encontradas e a formação específica na rede pública municipal de ensino de Feira de Santana (BA). Nesse sentido, o estudo tem como questão norteadora: quais são as necessidades formativas para trabalhar com os alunos com deficiência em classes do ensino regular? O marco teórico tem como base autores que são referência no tema formação docente: Gatti, 2010; Mantoan, 2003; e Nóvoa, 2019. O modelo segregativo considerado como Educação Inclusiva no passado ainda tem resquícios, mas são inegáveis os avanços no Brasil, entre eles a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Porém, há pesquisadores que consideram a escola atual ultrapassada para os desafios. A pesquisa é de natureza qualitativa e do tipo exploratória. Usa como instrumentos a aplicação de questionários com 18 professores do Ensino Fundamental I, sendo a rede pública municipal o *locus* da pesquisa. Após coleta e análise das respostas, percebemos que, entre os entrevistados, apenas um disse estar seguro para atuar com alunos que têm deficiência. Apenas 27,8% têm especialização na área. Ademais, 83,3% declararam que a escola onde trabalham não possui sala de recursos. A maioria relata que não é oferecida formação específica pela escola (83,3%) e pela Secretaria de Educação do município (50%).

Palavras-chave: Formação docente; Educação Inclusiva; Necessidades.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surgiu diante de uma inquietação comum no meio docente: a falta de preparo relatada pelos professores para o ensino de alunos com deficiência e/ou transtorno. Tal inquietação só cresce no meio docente diante de um número cada vez maior de estudantes com esse perfil nas unidades escolares.

São notórios os avanços nas discussões e na legislação sobre educação e, principalmente, sobre Inclusão Inclusiva. Por isso, o estudo do tema deste trabalho é pertinente. Pois, a efetividade de uma educação democrática depende de escolas e

¹ Especialista em Atendimento Educacional Especializado, Fundação Visconde de Cairu – BA, kleiton.cerqueira@educ.feiradesantana.ba.gov.br;

² Doutora em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia - UNEB, polianammsm@gmail.com.

Este artigo foi resultado de projeto de pesquisa elaborado na Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Fundação Visconde de Cairú/Núcleo de Pós-graduação Gastão Guimarães (BA).

profissionais preparados para acolher os alunos com deficiência, salientando que esse preparo também envolve professores qualificados em suas formações.

Problematizar esse tema favorece a efetivação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que estabelece, entre outras temáticas, a necessidade de formação específica de educadores para a atuação voltada a alunos com deficiência.

Compreendendo a importância e a urgência das questões citadas, este trabalho teve como objeto de estudo “os desafios da formação dos docentes para atuação voltada a alunos com deficiência em sala de aula regular da rede municipal de Feira de Santana (BA)”, através do qual questionou-se a problemática: “quais são as necessidades formativas de professores para trabalhar com os alunos com deficiência em classes do ensino regular?”

Contextualizar o tema com a realidade de Feira de Santana possibilitou a compreensão dos problemas vividos pelos professores locais, além de sugerir possíveis caminhos ou intervenções para a melhoria das ações inclusivas na educação municipal.

O objetivo geral do trabalho foi analisar as necessidades formativas de professores para trabalhar com os alunos com deficiência em classes do ensino regular. Quanto aos objetivos específicos: investigar as dificuldades encontradas por professores no ensino voltado a alunos com deficiência; analisar dados referentes à formação de professores na rede municipal de ensino de Feira de Santana no que se refere à Educação Inclusiva; avaliar a importância da formação na perspectiva da Educação Inclusiva para o êxito do processo ensino-aprendizagem envolvendo estudantes com deficiência e transtornos de aprendizagem.

Neste trabalho foi usado o recurso de pesquisa bibliográfica e aplicados questionários com docentes da rede municipal de Feira de Santana. Analisando os dados coletados, constatou-se que menos de 30% dos professores de sala regular possuem pós-graduação em Educação Especial. Essa, entre outras informações, permitiu concluir que há necessidade de oferta ou incentivo para formação docente voltada a atuação com alunos que possuem deficiência ou transtorno.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, apropriada para investigar as situações observadas no contexto educacional do qual trataremos. Sobre este tipo de pesquisa, Denise Tolfó Silveira e Fernanda Córdova explicam: “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto,

com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. (SILVEIRA E CÓRDOVA, 2002, p. 32)

A pesquisa foi exploratória, usando o procedimento do levantamento bibliográfica, que teve como embasamento autores a exemplo de: Antônio Nóvoa, Bernadete Gatti e Maria Teresa Mantoan. Antônio Carlos Gil explica os objetivos da pesquisa:

Estas pesquisas têm o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou descoberta de intuições (GIL, 2002, p. 41).

A pesquisa também pode ser classificada como descritiva, já que envolveu a análise de informações referentes à formação dos docentes para o ensino destinado ao público com deficiência ou transtornos. Para essa análise foram aplicados questionários com professores que atuam em sala de aula regular na rede municipal a fim de compreender as dificuldades na prática pedagógica dos mesmos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A formação docente é um dos requisitos para a qualificação dos profissionais de sala de aula. Essa afirmação é ainda mais pertinente diante da realidade dos professores que se deparam com os desafios de ter alunos com deficiência. Em geral, consideram-se despreparados ou inseguros.

Assim como a situação dos docentes, a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais no ensino regular tem sido considerada um desafio para a educação brasileira, além de ter fomentado diversas pesquisas que versam sobre essa temática.

Retomando o contexto histórico da Educação da Especial no Brasil, a partir do século XIX, ela foi marcada inicialmente pela “importação” de práticas excludentes, inspiradas nos modelos norte-americano e europeu. Segundo Mantoan (2003 a), a educação ofertada era assistencialista e segregativa, separando ou segmentando crianças segundo o tipo de deficiência.

O modelo segregativo ainda tem resquícios, mas é inegável que no Brasil foram muitos os avanços na legislação acerca da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares e em salas regulares. Um marco no nosso Estado Democrático de Direito e também na educação foi a promulgação da nossa Constituição Federal, em 1988. Ela garante o Atendimento Educacional Especializado no seu artigo 208, o que pressupõe

uma capacitação adequada dos profissionais da educação. Diz a Carta Magna: “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, detalhou como deve acontecer esse Atendimento Especializado: com professores que tenham especialização adequada para o atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. A lei também estabelece que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com deficiência currículos, métodos, técnicas e recursos educativos específicos para atender as suas necessidades.

Em âmbito internacional, a Declaração de Salamanca (1994) é uma referência em políticas públicas de Educação Inclusiva. O documento foi resultado da Conferência Mundial de Educação Especial, evento que teve representação de 88 governos e 25 organizações internacionais na Espanha. Defende que “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades” (BRASIL, 1994, p. 1).

Outro avanço legal, 14 anos depois, foi a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que estabelece que os sistemas de ensino devem ofertar formação específica e continuada para a docência voltada a alunos com deficiência. O documento teve o objetivo de orientar os sistemas de ensino para garantir:

"oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas" (BRASIL, 2008, p. 14).

Também podemos citar como marco o Decreto federal 7611/2011, que regulamenta a Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) citado na Constituição de 88. O documento prevê a formação continuada de professores, a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular, entre outros direitos.

Ainda que a educação brasileira tenha avançado nos aspectos legais que buscam assegurar uma Educação Inclusiva, é preciso lembrar do desafio de colocar em prática todos esses direitos conquistados. Nesse sentido, mostra-se pertinente citar as observações de

Antônio Nóvoa (2019). Ele considera que as escolas, em geral, não estão respondendo aos desafios atuais, argumentando que:

A escola parece perdida, inadaptada às circunstâncias do tempo presente, como se ainda não tivesse conseguido entrar no século XXI. É certo que há muitas promessas do passado ainda por cumprir, a começar pelo compromisso de uma escola pública de qualidade para todos. Mas a escola revela, sobretudo, uma grande incapacidade para pensar o futuro, um futuro que já faz parte da vida das nossas crianças. (NÓVOA, 2019, p. 3)

A constatação de Nóvoa (2019) confirma-se na realidade quando entre os educadores são latentes as inquietações envolvendo a necessidade dessa formação para o atendimento das novas demandas. Na convivência cotidiana com docentes, a maior parte dos relatos gira em torno da insegurança e da falta de embasamento teórico para que seja possível trabalhar possibilitando a aprendizagem dos estudantes com deficiência ou transtornos.

Nóvoa acredita que nos próximos anos os problemas da prática docente vão continuar perpassando pela questão da qualificação. Para ele, os profissionais da educação precisam estar juntos para o estudo e a troca de ideias, conhecimentos e experiências.

"a metamorfose da escola acontece sempre que os professores se juntam em coletivo para pensarem o trabalho, para construírem práticas pedagógicas diferentes, para responderem aos desafios colocados pelo fim do modelo escolar. A formação continuada não deve dispensar nenhum contributo que venha de fora, sobretudo o apoio dos universitários e dos grupos de pesquisa, mas é no lugar da escola que ela se define, enriquece-se e, assim, pode cumprir o seu papel no desenvolvimento profissional dos professores" (NÓVOA, 2019, p. 11).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As considerações de Nóvoa sobre a escola não responder aos desafios atuais são corroboradas pelos dados levantados através da aplicação dos questionários desta pesquisa entre 18 professores do Ensino Fundamental I de diferentes escolas da rede municipal de Feira de Santana. Após a análise das respostas, os números revelaram: entre os entrevistados, apenas um disse estar seguro para atuar com alunos que têm deficiência. Apenas 27,8% têm especialização na área. Ademais, 83,3% declararam que a escola onde trabalham não possui sala de recursos. A maioria relata que não é oferecida formação específica pela escola (83,3%) e pela Secretaria de Educação do município (50%).

Ficaram claros os seguintes problemas: quantidade ainda pequena de profissionais especializados na área de Educação Inclusiva; insegurança para atuação nas práticas

pedagógicas cotidianas; grande demanda de escolas que ainda não possuem sala de recursos e queixa por falta de formação na área.

Diante dos dados levantados, também é possível concluir que, além da própria vontade dos docentes e de toda gestão das unidades escolares, os níveis hierárquicos mais elevados da educação precisam priorizar a oferta de formação continuada. Devem ser os primeiros em iniciativa e incentivo para, afinal, promoverem uma educação de qualidade.

Partindo para um cenário mais amplo em nosso sistema educacional brasileiro, Bernadete Gatti (2010) considera que o contexto da formação docente é preocupante: ambiguidades das normatizações, fragmentação e problemas nos currículos são os principais problemas. Para ela,

Hoje, em função dos graves problemas que enfrentamos no que respeita às aprendizagens escolares em nossa sociedade, a qual se complexifica a cada dia, avoluma-se a preocupação com as licenciaturas, seja quanto às estruturas institucionais que as abrigam, seja quanto aos seus currículos e conteúdos formativos (GATTI, 2010, p. 1359).

As observações de Gatti são resultado de uma pesquisa envolvendo 71 cursos de licenciaturas presenciais em Pedagogia, distribuídos em todo o país. Estudando as disciplinas ofertadas aos alunos, do total de 3.513, apenas 0,6% desses componentes curriculares eram relativos ao ofício docente. Ela percebeu muitos aspectos teóricos e pouca abordagem a respeito da prática de ensino, ou seja, sobre “o que” e “como ensinar”.

“Então, mesmo no conjunto de 28,9% de disciplinas que podem ser classificadas como voltadas à formação profissional específica, o que sugerem as ementas é que esta formação é feita de forma ainda muito insuficiente, pelo grande desequilíbrio entre teorias e práticas, em favor apenas das teorizações mais abstratas” (GATTI, 2010, p. 1370).

Gatti chega à conclusão de que são evidentes as lacunas no processo formativo dos professores, com muita coisa abstrata e pouco conteúdo integrado ao contexto concreto de onde o professor vai atuar.

Esses desafios para a formação docente são questões urgentes diante das necessidades dos alunos e professores e tendo em vista também o atual Plano Nacional de Educação (PNE), que está em vigor até 2024. O documento estabelece a qualificação docente na educação básica como uma de suas metas e aponta que a formação continuada é uma das ferramentas para isso.

A citada formação é importante e necessária porque possibilita, entre outras questões, o entendimento sobre os processos de ensino e aprendizagem, um dos caminhos para que os

docentes atuem de forma mais planejada e assertiva. Isso reflete resultados mais concretos em relação ao desenvolvimento dos alunos que são alvo da Educação Inclusiva. Afinal, é no ensino básico que está o alicerce para que um aluno tenha uma trajetória de estudos exitosa. É a porta de entrada para a vida escolar, principalmente através da aquisição da leitura e da escrita.

Vale salientar que, além da formação docente, os problemas aqui citados só serão resolvidos ou minimizados com o engajamento de toda a comunidade escolar. Essa é uma das condições para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva, na visão de Maria Teresa Mantoan:

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (MANTOAN, 2003 b, p.31)

Ainda segundo Mantoan, mudar a escola é enfrentar várias frentes de trabalho, entre elas: “formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções” (MANTOAN, 2003 b, p. 33). Isso implica em melhor apoio governamental às escolas (material pedagógico e infraestrutura adequada) e às demandas dos profissionais em educação (salários, plano de carreira atrativo e outros incentivos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da temática deste trabalho deixa claro que os avanços no âmbito legal e acadêmico são incontestáveis e foram fundamentais para o rompimento de modelos conservadores do que se chamava de Educação Especial no Brasil. Fruto de pressão social, dos educadores e pesquisadores, as leis, os decretos e demais instrumentos permitiram grandes conquistas nas condições das escolas: as salas para Atendimento Educacional Especializado (AEE), a exigência de políticas públicas para qualificação docente e financiamento da Educação Inclusiva, a percepção das famílias de alunos com deficiências ou transtornos sobre os seus direitos, etc.

Apesar das referidas melhorias, a Educação Inclusiva ainda esbarra em diversas demandas para que aconteça de forma plena. Os dados obtidos na aplicação de questionários entre os professores deixam nítida a necessidade de se ampliar a formação profissional.

A realização de oficinas formativas e qualificação acadêmica são caminhos para um trabalho mais eficiente no cotidiano de sala de aula. O cotidiano das escolas deve oportunizar a troca de experiências e saberes entre os docentes no que se refere ao trabalho com o público alvo da Educação Inclusiva, por iniciativa dos gestores escolares, coordenadores pedagógicos e pela busca ou cobrança dos professores.

É importante salientar que as demandas aqui apontadas devem ser impulsionadas e postas como prioridade por parte dos que estão nos patamares maiores dos sistemas de educação. Como a Declaração de Salamanca preconiza, os governos devem atribuir a mais alta prioridade política e financeira para aprimorar seus sistemas educacionais para torná-los aptos e acessíveis a todas as crianças, independentemente de suas diferenças e dificuldades individuais.

A necessidade de aprimorar a qualificação docente apontada nesta pesquisa vai ao encontro das observações de Barnadete Gatti. Ela defende que é necessária “uma verdadeira revolução nas estruturas formativas e nos currículos de formação” (GATTI, 2010, p. 1375).

A defesa de Gatti é feita para que a escola exerça seu importante papel social. Esse papel é justamente o respeito à diversidade, o que pressupõe ações para inclusão dos alunos e alunas com deficiências e o aproveitamento de todas as suas potencialidades.

Como desafio do cotidiano docente, a formação de professores deve ser sempre buscada, assim como as carências de cada segmento ou sistema de ensino devem ser alvo de pesquisas, discussões e ajustes a fim de se oferecer uma educação com a qualidade reivindicada pelos diversos segmentos sociais como direito legítimo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Francisco Antônio Machado; BANDEIRA, Hilda Maria Martins; IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo (Orgs). **Pesquisa colaborativa: multirreferenciais e práticas convergentes**. Teresina: Edufpi, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. **Declaração de Salamanca**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 21 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7611/2011**, de 17 de novembro de 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 28 ago. 2023



BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. **Plano Nacional da Educação**. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 28 ago. 2023

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023

GATTI, Bernadete Angelina. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A hora e a vez da educação inclusiva. **Educação e família – Deficiências: a diversidade faz parte da vida**. São Paulo, v.1, p.42-45, 2003 a.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003 b.

NÓVOA, A. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. **Educação & Realidade**. vol. 44 n°. 3 Porto Alegre, 2019 Epub Sep 12, 2019.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: **Métodos de Pesquisa**. GERHARDT, Engel Tatiana; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2009.